

*Ativo Tendências /
Debate*

A Constituinte e o povo

FOLHA DE SÃO PAULO

22 SET 1986

LEONARDO NUNES DA CUNHA

A Constituinte está sendo apresentada ao povo como a panacéia heróica capaz de curar todos os males do país e com isso adia-se a solução dos problemas brasileiros que, em grande parte, não depende de novas normas constitucionais. Os congressistas já fizeram as modificações legais que interessam às suas carreiras políticas. Na realidade, a Constituição já está sendo elaborada por uma comissão de alto nível e representará uma carta de compromisso das elites, resguardando os privilégios dos congressistas e os interesses das classes dominantes. Serão feitas somente reformas superficiais sem afastar, no entanto, as causas das injustiças sociais.

Diante disso, haveria ainda o que se fazer para tentar realizar o anseio do povo por mudanças sociais profundas, manifestado na campanha do "Muda Brasil"? Certamente que sim, porém não se esperando pela espontânea atuação dos partidos ou da chamada classe política. Isto porque o país não conta com partidos orgânicos, que permitam a participação popular em suas decisões ou que representem uma proposta doutrinária ou ideológica para a sociedade, à exceção de pequenas agrêmiações políticas sem força para alterar, no momento, os destinos do

Brasil. Por outro lado, após 1964, o poder político passou a ser exercido pelos militares e o Legislativo transformado em simples moldura democrática do regime autoritário, enquanto os políticos foram estimulados a se preocuparem apenas com a sobrevivência política. Isso afastou da vida pública as melhores vocações políticas. Assim, com raras e dignas exceções, os políticos passaram, a partir dessa época, a ocupar os cargos públicos como empregos, consolidando-se o carreirismo político. A classe política transformou-se em verdadeira corporação profissional e passou a justificar todos os privilégios abusivos concedidos ao político profissional. Desnaturou-se a representação popular. Essa situação ainda perdura na cena política brasileira. No Congresso Nacional estão os mesmos parlamentares que votaram contra as "diretas já". A Nova República é administrada pelos mesmos políticos que representavam o sistema autoritário. Entretanto, todos desejam se manter no poder e conseguir novos mandatos como representantes do povo na Constituinte.

Em face desse quadro político consolidado pela convocação da Constituinte congressional destinada, em última análise, a preservar as estruturas vigentes, como o povo poderá influir em suas decisões a fim de conseguir as almejadas transfor-

mações sociais? Seguramente que não será da forma como o processo está sendo conduzido. Os debates sobre a Constituinte estão sendo promovidos de maneira setorizada e sem uma discussão crítica do processo constituinte. O povo está pensando que participará das decisões da Constituinte, quando, na realidade, apenas está reforçando o sentimento corporativo herdado do autoritarismo e favorecendo o oportunismo político daqueles que, diante da falência dos partidos, advogam a "partidarização" das corporações em benefícios de suas pretensões políticas. Entretanto, essa é via inadequada e ineficaz para que o povo consiga influir na Constituinte porque ela dificulta a consolidação do processo democrático, que deverá dar solução global aos problemas brasileiros, e não favorece aos interesses das próprias corporações uma vez que, quanto mais fechadas estiverem em torno de seus "legítimos" representantes, tanto mais distantes estarão da maioria parlamentar, que não terá qualquer interesse em atender a uma categoria impermeável eleitoralmente. Ademais, seria ingenuidade acreditar na eleição de grande número de representantes corporativos. Os grandes partidos são dominados por "caciques", que exercem controle absoluto sobre a chamada "máquina partidária" para dificultar

a renovação política. Esse, inclusive, é o grande obstáculo ao fortalecimento dos partidos, que tendem à marginalização das lideranças mais autênticas, obrigando-as a buscarem outras legendas para não desaparecerem politicamente, e a própria consolidação da democracia, que necessita de partidos fortes orgânicos e representativos. Todavia, esse empecilho não será afastado sem abertura das estruturas partidárias à participação popular, mormente na escolha de candidatos através de eleições preliminares no âmbito dos partidos.

Desse modo, no momento, o único caminho que resta ao povo para influir na Constituinte será o da mobilização da sociedade, sem barreiras corporativas sob a liderança da OAB, CNBB, sindicatos e outras entidades civis, como o fez para conseguir a redemocratização do país. A sociedade deve exigir compromissos democráticos claros de todos os candidatos antes das eleições e permanecer mobilizada após a instalação da Constituinte para cobrar permanente prestação de contas dos eleitos. Só assim o povo influirá na futura Constituinte congressional.

LEONARDO NUNES DA CUNHA, 51, é advogado, professor titular da Faculdade de Direito de Campo Grande (MS), ex-presidente da OAB-MS e ex-procurador-geral do Estado do Mato Grosso do Sul.